

Índios Kinikinau: aspectos etnolingüísticos*

Ilda de Souza**

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar um estudo introdutório sobre os índios Kinikinau, enfocando os aspectos históricos e culturais que conduziram a língua ao estágio atual de obsolescência e o povo em perigo de extinção. Kinikinau é uma língua Aruak. Esses indígenas são subgrupo Chané (Guaná), como os Terena, com quem se assemelham cultural e lingüisticamente. Durante quase todo o século XX foram julgados extintos. Não há estudos específicos sobre eles nem sobre a língua, mas sabe-se que esta pouco difere da língua terena. Devido a um passado histórico marcado pela opressão dos Guaicuru e pelo etnocídio decorrente da cruel política da terra no Mato Grosso, a população foi quase extinta, a língua foi cedendo seu lugar à língua dominante e hoje encontra-se em acelerado processo de extinção. A população total é de cerca de 180 índios, e apenas 11 são falantes.

Palavras-chave: Etnolingüística; lingüística; índios Kinikinau.

Abstract: This article aims at presenting an introductory study of the Kinikinau Indians, focusing on historical and cultural aspects which brought the language to its present state of obsolescence and the people in danger of extinction. Kinikinau is an Aruak language. This indigenous people is a Chané subgroup (Guaná), like the Terena, to whom they are linguistically and culturally similar. Throughout almost the whole of the twentieth century they were thought to be extinct. There are no specific studies of this group nor of the language, but it is known that the latter differs little from the Terena language. Due to their history marked by oppression from the Guaicuru and by ethnocide originating from cruel land politics in Mato Grosso, the population almost became extinct, the language gave way to the dominant language and today is found to be in an accelerated process of extinction. The total population is around 180 Indians, of which only 11 speak the language.

Key words: Ehtnolinguistics; linguistics; Kinikinau indians.

* A versão original deste texto foi apresentada na Pós-Graduação do IEL/ UNICAMP, para Qualificação de Área, exigida no programa do Doutorado.

** Lingüista, Professora da UNIDERP, Mestre em Lingüística Aplicada pela UEM e Doutoranda em Línguas Indígenas IEL/ UNICAMP
hilda.msi@terra.com.br

Introdução

A extinção de línguas dos chamados grupos étnicos minoritários, e em particular dos povos indígenas, é um fenômeno mundial que tem preocupado a comunidade acadêmica e os cientistas dessa área de estudo, principalmente pela aceleração do processo nas últimas décadas. Como essa parece ser uma tendência deste século, já discutida por Krauss (1992), Campbell e Berezna (1996), Grenoble e Whaley (1998), Grinevald (1998) e, no Brasil, por Rodrigues (1993, 2005), Braggio (2001), entre outros, o estudo (descrição, registro e documentação) das línguas mais ameaçadas se reveste do caráter de urgência, além da importância, pois a documentação dessas línguas pode contribuir para as investigações científicas a respeito de outras línguas que se extinguíram sem nenhum estudo. Campbell e Berezna (1996) chamam a atenção para o problema da morte das línguas, lembrando que enquanto muitos esforços são empenhados para conter o desaparecimento de espécies biológicas, a morte das línguas segue quase despercebida. A extinção de uma língua deve ser tratada com a mesma importância como é tratada a extinção de uma espécie biológica, pois quando uma língua morre sem ser descrita e documentada adequadamente, a humanidade é privada da contribuição que essa língua poderia dar para o conhecimento geral da linguagem humana, da cultura e do pensamento, alertam esses estudiosos.

O problema da morte de línguas indígenas, no Brasil, não é um fato novo. Na verdade, vem ocorrendo há séculos, desde a chegada dos primeiros colonizadores, segundo Rodrigues (2005, p. 36)

A redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos foi o efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final desse mesmo século, nem ainda com a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. Embora esta tenha sido a primeira carta magna a reconhecer direitos fundamentais dos povos indígenas, inclusive direitos lingüísticos, as relações entre a sociedade majoritária e as minorias indígenas pouco mudou.

Embora essas perdas culturais representem grande prejuízo não só para o país, mas também para a humanidade, nenhuma medida na mesma proporção, por parte de instituições competentes, tem sido tomada. Nenhuma política de incentivo à preservação e revitalização dessas línguas foi assumida até agora. O que tem ocorrido em algumas aldeias ou comunidades são ações isoladas de re-aprendizagem da língua, iniciativas tímidas que tentam evitar o desastre da extinção.

Para Campbell e Bereznak (1996) a língua é o mais forte dos bens culturais que distinguem e singularizam um povo. A sua morte pode ter sérias conseqüências, entre elas, a perda da identidade cultural e da auto-estima.

São várias as causas apontadas para a extinção das línguas e o conhecimento dessas causas é importante para que se possa planejar medidas de retenção e preservação. As línguas ameaçadas de extinção são classificadas de acordo com o aspecto, o grau e o nível do processo que conduz à morte. Campbell e Bereznak (1996, p. 659-60) apontam quatro tipos de morte de línguas. (1) a morte súbita da língua – ocorre quando seus falantes morrem subitamente ou são mortos. Em situações extremas como essa, não há morte da língua, propriamente, e sim do povo. (2) a morte radical da língua – é um processo semelhante à morte súbita, porém, nesse caso, forte pressão política, acompanhada de genocídio, obrigam os falantes a deixarem de falar sua língua ancestral, por uma questão de sobrevivência. (3) a morte gradativa – é a mais comum das mortes de línguas minoritárias. A comunidade de fala, em contato com a língua dominante, vai gradualmente substituindo sua língua ancestral pela língua dominante. Nesse processo, em um estágio mais adiantado, apenas um pequeno grupo de falantes continua usando a língua em situações limitadas, as novas gerações vão aprendendo a língua cada vez mais imperfeitamente, fragmentos dela, sem adquirir a proficiência como falantes. Os jovens reconhecem algumas expressões e vocabulário, mas não são capazes de estabelecer um diálogo na língua. Para os autores, são os semi-falantes. Algumas pessoas até continuam usando a quase extinta língua para demonstrar a identidade do grupo e a solidariedade com ele. Essa espécie de resíduo lingüístico é geralmente constituído de cumprimentos e saudações, ditos populares, músicas, brincadeiras e palavras obscenas. (4) a morte de baixo para cima – é quando a língua deixa de ser falada no seu registro estilístico informal, nas situações mais informais, no dia-a-dia, mas é preservada no seu registro formal, nos contextos mais formais como os cerimoniais e rituais religiosos, a exemplo do que aconteceu com o latim

Bauman¹ (1980), com base na situação das línguas ameaçadas de extinção do Alasca, define cinco estágios distintos, pelos quais as línguas passam: florescência, constância, declínio, obsolescência e extinção; e aponta, igualmente, cinco estratégias de retenção, prevenção, expansão, fortificação, restauração e revivificação ou restauração. Para Bauman (1980), uma língua encontra-se à beira da extinção, isto é, no estágio obsolecente, quando (i) há falantes apenas na idade adulta, (ii) a língua não é mais

ensinada para as crianças em casa, (iii) o número de falantes diminui muito rápido, (iv) os únicos falantes são bilíngües e a língua dominante é a mais usada em todas as situações, (v) a língua adapta-se facilmente a novas situações, isto é, acomoda empréstimos, (vi) não há literatura.

Nesse contexto de línguas ameaçadas de extinção, encontra-se a língua kinikinau, foco deste trabalho. A língua kinikinau é falada pelos índios da mesma denominação, etnia invisível da região Centro-Oeste do Brasil. Pelos motivos apresentados por Rodrigues (2005), citado anteriormente e, de acordo com os postulados de Campbell e Berezna (1996), pode-se dizer que esta língua está em processo de morte gradual, em fase bem adiantada, próxima da extinção. Com base na análise de Bauman (1980), a língua kinikinau pode ser considerada em estágio obsolescente, em acelerado processo de morte, pois apresenta todas as características apontadas pelo autor, acrescidas ainda de um agravante: além de possuir reduzido número de falantes, há reduzido número populacional.

O Kinikinau, segundo Metraux (1946), é um sub-grupo Chané ou Guaná, ao qual pertence também o Terena², grupo étnico bastante numeroso, bem conhecido no estado e pelos pesquisadores das áreas indígenas em geral. Os índios Kinikinau vivem na aldeia São João, região da Serra de Bodoquena. As terras pertencem aos índios Kadiwéu. Estão na jurisdição de Porto Murtinho, porém, o município mais próximo é Bonito-MS, para onde eles se deslocam uma vez por mês, para suas compras e também vendas.



Figura 1: Brasil na América do Sul³

Sobre o Terena, há vários estudos antropológicos, etnográficos, sociológicos, lingüísticos e há publicações de textos, glossário, cartilhas e outros suportes didáticos. Quanto ao Kinikinau, não há estudos. Mais recentemente o verbete Kinikinau foi incluído na Enciclopédia “Povos indígenas do Brasil” do Instituto Socioambiental e também um artigo de caráter antropológico foi publicado sobre esse povo por dois pesquisadores (Silva e Souza, 2003). As informações sobre esses indígenas estão na literatura de caráter geral sobre os índios do Chaco paraguaio, nos relatos de Taunay sobre a Guerra do Paraguai e também nos estudos sobre os Terena e os Kadiwéu, etnias com quem sempre tiveram contato, desde os mais remotos registros. Dados como desaldeados e diluídos no meio dos Terena, no fim do século XIX e, como extintos desde o início do século XX, não aparecem nos textos mais recentes com abordagem censitária e maioria dos estudos que fazem, por algum motivo, referência ao povo e à língua kinikinau, tratam-nos como extintos.

O presente trabalho utiliza dados das pesquisas bibliográficas e de campo, realizadas para a tese de doutorado que venho desenvolvendo junto ao Instituto de Estudos Lingüísticos da Universidade Estadual de Campinas – IEL/UNICAMP – cujo objetivo é uma descrição parcial da língua kinikinau. Com este texto, pretendo apresentar algumas informações históricas e etnográficas sobre o povo Kinikinau, bem como sobre sua língua, com o objetivo de contribuir para o estudo dos fatores que constituem o processo de extinção de línguas indígenas no Brasil, e também para ressaltar a importância da documentação dessa língua, que embora seja muito semelhante à língua terena, conserva suas particularidades, possui características próprias que precisam ser registradas, assim como ocorre com outras línguas indígenas brasileiras na mesma situação.

Para a pesquisa de campo, orientei-me pelos princípios metodológicos da Sociolingüística, pela sua preocupação com a questão empírica, por tratar-se da análise de fenômenos lingüísticos situados em uma realidade social e cultural distinta, pela necessidade de recursos de outras áreas das ciências humanas e sociais com as quais a Sociolingüística mantém um diálogo permanente, conforme atesta Alkmim:

Ao fixar as dimensões sócio-culturais do fenômeno lingüístico, a Sociolingüística afirma sua vocação interdisciplinar e advoga o compromisso entre o campo dos estudos lingüísticos e o campo dos estudos sociais. O trabalho sociolingüístico ancora-se, assim, no conhecimento da realidade ampla da comunidade estudada, pois é este que fornece ao pesquisador os parâmetros pertinentes de observação. Assim é que dados da história recente ou remota de uma população, informações sobre a sua organização social e política, sobre suas práticas religiosas,

sobre suas atividades culturais e econômicas, sobre suas relações com o ambiente físico e social envolventes são decisivos para um sociolinguísta. O dado lingüístico não é autônomo, p. na verdade, só faz sentido quando considerado no contexto imediato de sua realização e projetado na dimensão histórica e cultural da prática humana. Como revelador do potencial de possibilidades que têm as comunidades de marcar identidades, de registrar diferenças através das língua. (Alkmim, 2003, p. 596-97)

Segundo Craig (2002, p. 257 [1997]), embora a morte de línguas seja ocorrência tão antiga quanto o registro histórico delas, o estudo sistemático desse fenômeno pela lingüística e pela sociolingüística é relativamente novo. O interesse maior da sociolingüística está no estudo das causas e circunstâncias da morte das línguas.

No âmbito da interdisciplinaridade, este trabalho também se identifica com a Etnolingüística que, segundo Hymes (1964), estuda a língua no contexto antropológico, isto é, analisa a relação entre língua, cultura e pensamento.

Para compreender o atual estágio da língua e da cultura do povo Kinikinau, é necessário conhecer as trilhas da história em que o grupo foi perdendo partes de sua ancestralidade; os acontecimentos que forçaram o abandono do território tradicional, a pressão do grupo dominante que levou ao nomadismo involuntário e à invisibilidade, que gerou o desânimo, que gerou muitas perdas, inclusive da língua.

Antecedentes históricos

Boas (1966, p. 627 [1940]) explica que a tarefa da etnologia é estudar o conjunto de fenômenos que compõem a vida social, como a linguagem, os costumes, as migrações, as características corporais. Dessa forma, seu primeiro e mais imediato objeto é o estudo da história do homem, de todo o processo que resultou no que ele é hoje, do desenvolvimento de sua cultura. Para isso, é preciso recorrer a objetos, práticas e manifestações culturais do presente que ajudem a reconstituir seu passado. Porém, a exemplo de muitos grupos minoritários que, por uma questão de sobrevivência, precisaram optar pela adesão da cultura dominante, os Kinikinau têm, hoje, aparentemente, muito pouco de sua ancestralidade, que possa ajudar na reconstituição do seu passado histórico. Algumas práticas atuais, principalmente as referentes ao artesanato, à pintura corporal, aos adornos, parecem imitações, busca obstinada por uma identidade indígena que a história perversa das políticas indigenistas tratou de apagar.

A reconstrução da história dos índios Kinikinau à base das fontes bibliográficas também não tem sido uma tarefa fácil. Primeiro, porque Kinikinau é um subgrupo Chané (Guaná)⁴, assim como os Terena, Layana e Exoaladi, e as referências mais remotas a esses povos são sempre de forma abrangente, envolvendo todos os subgrupos que habitavam o Chaco paraguaio, sem caracterizar cada povo em particular, assim como deve ter ocorrido com vários outros povos. Segundo, porque a semelhança lingüística e cultural com os Terena que, numericamente, sempre foram muito mais representativos, levou muitos estudiosos a vê-los como os parentes pobres dos Terena. Taunay (1931) afirmou sobre a língua, que os Kinikinau eram falantes de uma variação empobrecida da língua terena. Outro problema para a reconstituição da história dos Kinikinau é o fato de um dos subgrupos Chané (Guaná), o Exoaladi, receber também o nome de Guaná, isto é, o mesmo nome dado pelos outros povos para se referir a toda nação Chané (Guaná). Por isso, informações que dizem respeito apenas aos Exoaladi/Guaná foram interpretadas genericamente, como por exemplo, a relação e a simbiose com os Kadiwéu, fenômeno ambíguo que tem gerado diferentes interpretações. Por todos esses motivos, este trabalho tem a preocupação de reunir informações etnográficas e históricas sobre os Kinikinau, que possam dar maior e melhor visibilidade a esse povo indígena que, não obstante a brava resistência, encontra-se ainda numa situação de invisibilidade e em perigo de extinção.

As primeiras notícias sobre a existência dos índios Chané (Guaná) começam a ser veiculadas a partir do século XVI, nos diários dos missionários, historiadores e viajantes que, em passagem pelo Chaco paraguaio ou em missão religiosa, registraram a presença desses indígenas naquele local e deram informações de caráter geral, sobre a localização dos aldeamentos, estimativas censitárias, sobre as relações entre os diversos grupos e os meios de subsistência.

Um dos estudiosos a reunir os dados mais remotos sobre os povos do Chaco é Metraux (1946). Revisitando antigos documentos e registros, como os de Schmidel e Cabeza de Vaca⁵, por exemplo, que passaram pelo Chaco paraguaio, o primeiro em 1535 e o segundo em 1543, o autor presta valiosa contribuição, tornando acessíveis essas informações no "Handbook of South American Indians". De acordo com os estudos de Metraux, quando os primeiros colonizadores espanhóis chegaram ao Chaco paraguaio, no século XVI, encontraram lá vários povos, inclusive os Chané (Guaná), que eram de caráter dócil e apresentavam conhecimento no cultivo da terra.

Azara (1990[1809]) informa que Guaná é uma nação constituída de cinco subgrupos e é a mais numerosa do Chaco, com 19 mil índios. Segundo Azara, os índios Chané (Guaná) distinguiram-se dos demais povos indígenas do Chaco paraguaio por serem os que apresentavam sinais de civilização em vários aspectos de sua cultura: na forma de construção das casas, na limpeza, na criação de objetos domésticos, na hospitalidade e atenção com os estrangeiros, na forma de cultivo da terra e no fato de viverem daquilo que cultivavam e não da caça e da pesca, como os outros.

Além de Azara (1990) e de Metraux (1946), também Sanchez Labrador (1910) dá valiosas informações sobre os habitantes do Chaco paraguaio. Na condição de missionário, Labrador conviveu com os índios de 1746 a 1758.

Grande parte dos registros e relatos encontrados em Sanchez Labrador (1910), Azara (1990 [1809]) e Metraux (1946) sobre os Chané (Guaná) são muito parecidos. Todos fazem referência ao caráter dócil e “meio civilizado” desses indígenas, à habilidade no cultivo da terra, à tecelagem, à relação ambígua com os Mbayá (Guaicuru). Todos afirmam que os Guaná (Kinikinau, Terena, Layana e Guaná/Exoaladi)⁶ eram grupos distintos, cada um tinha suas aldeias; porém, a cultura e os rituais eram muito semelhantes e, inclusive, comunicavam-se facilmente, pois a língua também era bem parecida, com pequenas diferenças fonéticas, lexicais e gramaticais, que não lhes impunham dificuldades na compreensão.

Sanchez Labrador (1910) sempre usava palavras elogiosas quando se referia aos Chané, ressaltando suas qualidades:

A colônia dos Chané, seu modo de vida, trabalho, índole e ritos são os mesmos. As mulheres cortam seus cabelos rentes de orelha a orelha e o resto deixam solto ou o arrumam em trança; andam vestidas com roupas de algodão que elas mesmas tecem e fazem com primor; são muito dedicadas a seus filhos, trabalhadeiras, virtudes transcendentais a todos os Chané, divididos em sete subgrupos (Sanchez Labrador, 1910, p. 33)⁷.

Southey (1981[1810])⁸ afirma que os Chané (Guaná) eram povos muito adiantados em relação aos demais povos do Chaco. O autor cita o uso de catre para dormir, como exemplo, e afirma que muitos objetos usados na região tinham a sua criação atribuída a eles.

Em geral, os escritores procuraram ressaltar as semelhanças que podiam ver nos subgrupos Chané (Guaná), pois havia a preocupação em classificar as nações indígenas, tendo em vista as semelhanças. Para afirmar que um grupo pertencia a uma determinada nação, era muito

importante tornar bem evidentes as suas semelhanças. Poucos lembraram de mencionar suas possíveis diferenças.

Uma questão que é colocada em todos os textos pesquisados é a complexidade da relação entre os povos da nação Chané e os da nação Guaicuru. Cada autor imprimiu no seu relato a sua indignação, a sua perplexidade diante de um fenômeno social muito difícil de entender, como pode ser observado na citação que segue:

Os Guaná são pacíficos e dóceis, sofrem com paciência a invasão e temporadas de permanência dos Mbayá do Oeste em suas terras, roubando o que têm de melhor em suas lavouras e em suas casas. Por sua vez os Guaná voluntariamente deixam sua terra abandonada e vão misturar-se aos Mbayá por toda parte, e ali trabalham sem outra remuneração que não sejam os favores que recebem das mulheres e a satisfação de montar cavalos que não possuem em suas terras⁹ (Azara, 1990, p. 128 [1809]).

Segundo Azara, os Mbayá se consideravam senhores dos Chané (Guaná), e os chamavam seus escravos. Porém, esclarece o autor, era uma forma muito curiosa de escravidão, pois os Mbayá não lhes impunham nenhum castigo e não exigiam deles nenhuma tarefa, e os Chané tinham a liberdade de ir embora quando quisessem. Difícil também de entender, acrescenta Azara, era o fato de os Chané pedirem licença aos Mbayá para ir até a capital da província oferecer sua mão de obra para o trabalho na agricultura e na marinha.

A explicação para a relação ambígua entre Chané (Guaná) e Mbayá (Guaicuru), deve estar num passado muito anterior à colonização do Chaco, pois segundo Azara (1990 [1809]) os Chané eram, em quantidade, dez vezes mais numerosos que os Mbayá e possuíam as mesmas armas de guerra que eles, com a única diferença de os Mbayá possuírem e utilizarem muito bem o cavalo para montaria. Até onde se conhece da história desses povos, nada há que justifique essa submissão resignada dos Chané. Os historiadores e missionários que registraram suas impressões a respeito dessa estranha relação não tiveram a preocupação de investigar os antecedentes dela, nem seu fundamento.

Uma característica dos Chané muito enfatizada pelos historiadores diz respeito às relações familiares:

Como nunca tiveram boa acolhida do governo, nada jamais foi feito em benefício deles, não se animam a trazer suas mulheres, nem suas famílias, por cujo amor sempre retornam às suas terras quase todos. Se a eles fosse dado algum tipo de proteção e se algum tipo de agrado fosse oferecido a suas mulheres e filhos, veríamos em breve vinte mil guaná entre nós, todos agricultores. (...) (Azara, 1990, p. 116)¹⁰.

As primeiras informações sobre os Chané no Brasil, estão nas correspondências e documentos do governo de Mato Grosso, de meados do século XIX. Segundo Sanchez Labrador (1910), o processo migratório dos Guaná do Chaco paraguaio para o Brasil teve início na segunda metade do século XIX. Atravessando o rio Paraguai, esses índios se dirigiram para as proximidades do rio Miranda, no Brasil Central, mais especificamente próximo ao município de Miranda, no Estado de Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul, onde ainda vive grande parte deles.

Metraux (1946) informa que em 1850 existiam duas vilas de Kinikinau entre os municípios de Miranda e Albuquerque, e eles eram cerca de mil (1000) índios. Se essa informação estiver realmente correta, é certo que apenas metade dos índios Kinikinau atravessou o rio Paraguai para o Brasil, pois nos registros de Sanchez Labrador (1910) e Azara (1990 [1809]) eles eram cerca de dois mil, no Chaco paraguaio.

Pimenta Bueno (1840) anuncia a existência de 53 nações indígenas reconhecidas na província e, entre as 10 que ele aponta como “domesticadas” estão os subgrupos Guaná. Ele ressalta a importância dos índios Guaná para a defesa do Baixo Paraguai. É a partir daí que os subgrupos começam a ganhar um pouco de individualidade.

Leverger (1862, p. 222 [1846]) menciona cada um dos povos Chané (Guaná), já estabelecidos em solo brasileiro, envolvidos com suas atividades agrícolas, ressaltando a importância desses povos para a economia local:

A nação dos Guaná é uma das mais consideráveis destas regiões (...) os que moram em nosso território são os Terena, Laianas, os **Quiniquináos** e outra tribu, que conserva o nome de Guanás (...) Os **Quiniquináos**, em número de mais de 800 indivíduos formam uma aldeia no mencionado Mato Grande, 3 léguas ao N.O. de Albuquerque. Ocupam-se da lavoura, e abastecem essa parte de nossa fronteira de farinha de mandioca e feijão. Cultivam também a canna e o arroz.

Ricardo Jardim, outro presidente da província de Mato Grosso, em ofício enviado ao Governo Imperial (1846), publicado no Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1847, informa ao Imperador:

As três aldeas do districto d'Albuquerque comprehendem 1.300 índios de ambos os sexos, e são uma de Guatiadéos (...), uma de Guanás, e a última de **Kinikináos**, tribus muito dadas à cultura das terras e pertencentes à nação dos Chanés¹¹, de caráter dócil, sociável e hospitaleiro.

Nesse mesmo ofício, Jardim (1847) relata ao imperador que os Guaicuru haviam começado a construir sua aldeia nas imediações de Albuquerque, mas teriam abandonado o lugar devido a desavenças com

os Kinikinau. Esse relato é um tanto curioso, pois toda a literatura enfatiza a submissão resignada dos Chané em relação aos Guaicuru. Conforme se pode perceber, definir a relação de cada subgrupo Chané com os Guaicuru é realmente difícil.

Os Chané (Guaná) foram descritos por todos os historiadores e viajantes como índios pacíficos e dóceis, além de muito habilidosos na tecelagem e no cultivo de lavouras, quando habitavam o Chaco paraguaio. Ao passarem para o lado brasileiro, trouxeram e colocaram em prática sua cultura artesanal e agrícola, conforme ressaltou Elliott (1848, p. 348)

Estes índios são industriosos, tecem panos de algodão de várias qualidades e padrões, e aplicam-se à agricultura. São (geralmente falando) alvos, bem feitos e muito tratáveis; a sua physionomia aproxima-se da raça caucásica, muito diferente dos Guaycurus e outros que têm mais semelhança com a mongólica.

O apego familiar é uma das características mais ressaltadas dos Chané, já mencionada. Sanchez Labador (1910), Metraux (1946), Azara (1990 [1809]) e Taunay (1931) também a ressaltou. Essa característica parece ter sido importante para a sobrevivência dos Kinikinau enquanto grupo.

Para Taunay (1931) esse apego gerava atitudes extremadas, exageradas. A manifestação de dor pela perda de um ente querido, por exemplo, era, em demasia, rumorosa, na avaliação do autor, que narrou um desses episódios testemunhado por ele:

Apenas chegou a lúgubre e infausta notícia aos aldeamentos dos morros, imenso alarido levantou-se. As moças Kinikinau cortaram logo os cabelos, à altura das orelhas, de si tirando qualquer enfeite. (...) Foi a choupana do valente rapaz invadida pelo mulherio e as crianças, em agudíssima grita (Taunay, 1931, p. 41-42).

O trecho acima trata da morte do jovem Kinikinau de 22 anos (o capitão Pacalalá) em um combate com os paraguaios.

Azara (1990 [1809]) afirma que os Chané (Guaná) não possuíam qualquer ritual de adoração, mas acreditavam em um deus dotado de corpo, que premiava os bons e castigava os maus. Azara acrescenta ainda que esses indígenas festejavam a lua nova com grande alarido, fazendo pedidos de boas venturas, durante seu ciclo. O mesmo procedimento era repetido também durante a aparição das Plêiades.

Muitos viajantes, historiadores e missionários acrescentaram em seus relatos listas de vocabulário das línguas dos índios com os quais tiveram mais contato, melhor comunicação. A única lista de palavras

que foi apresentada como sendo da língua kinikinau, datada de 1880, trata-se, na verdade, de um engano de João Severiano da Fonseca¹², que gerou outros equívocos. Oliveira (1976) cita o referido caso sobre a língua kinikinau, sugerindo que tal equívoco ocorreu pelo fato de um jovem índio ter se identificado como membro da etnia Kinikinau a um viajante, e ter-lhe dado, como informante, uma lista de vocabulário Guaicuru, o que constituiu-se, segundo ele, em uma prova de que muitos Kinikinau deixaram de falar sua língua Aruak, para falar uma língua Guaicuru. Esse fato, na verdade, não prova nada lingüisticamente, pois povos com contato tão próximo e prolongado como Guaicuru e Chané, ainda que em situação ambígua, normalmente são bilíngües. Os Guaicuru tinham um poder de sedução sobre as demais etnias, motivado pela fama de guerreiros, pela maneira como se vestiam e pela habilidade em montar e manejar o cavalo. Essas características, segundo relato, levavam alguns jovens Chané a aderirem aos seus grupos de escravos ou servos¹³, voluntariamente. Acrescentando-se a essa informação registrada em campo, a citação de Almeida Serra (1800), que menciona a captura de índios como uma prática cultural dos Guaicuru, conclui-se que encontrar índios de outras etnias em aldeias Guaicuru era uma ocorrência normal. Por isso, pode ser possível que tal fato tenha ocasionado o equívoco de Fonseca, mas não respalda uma afirmação tão radical, de que os Kinikinau deixaram de falar sua língua e passaram a falar a língua dos Guaicuru.

Taunay¹⁴ e os Kinikinau

A principal fonte de informações sobre os índios Kinikinau no Brasil são as obras de Taunay. Membro da comissão de engenheiros que a corte imperial enviou a Mato Grosso, de 1865 a 1867, por ocasião da Guerra do Paraguai, procurou conhecer os vários povos indígenas, conquistou algumas amizades e aproveitou para coletar dados etnográficos e lingüísticos. A simpatia pelos Kinikinau ficou bem evidenciada em sua obra.

Antes da Guerra do Paraguai, conforme já foi mencionado, havia dois agrupamentos de Kinikinau: um aldeamento perto de Albuquerque, com cerca de 800 índios e outro com cerca de 200, perto de Miranda (Steinen, 1940 [1886]). Com a ocupação da região, pelos paraguaios, os Kinikinau fugiram para a serra de Maracaju. Segundo Taunay (1927, p. 75 [1920]), os Kinikinau foram os primeiros a subir a serra, pelo seu lado mais íngreme, no início do ano de 1865. Em seguida, toda a população de Miranda e da região também subiu a serra, fugindo dos paraguaios.

Taunay relata que os Kinikinau e os Guaná (Exoaladi) logo começaram a plantar, a produzir alimentos e criar galinhas, colaborando com o abastecimento local, enquanto durou a guerra¹⁵. O autor relata ainda que o chefe dos Kinikinau, um jovem destemido e valente, chamado Pacalalá¹⁶, era hábil em descer a serra e buscar o gado que ficara vagando pelos campos, depois da fuga em massa da população. Numa dessas perigosas aventuras, o jovem capitão Kinikinau foi surpreendido pelos paraguaios e morto.

Durante a guerra, “brancos” e índios conviveram pacificamente e se ajudaram. De acordo com Taunay (1931), os acampamentos eram muito próximos uns dos outros. O autor enfatiza a importância do caráter dócil dos Kinikinau para a boa convivência, porque segundo ele, os índios teriam motivos para dificultar a permanência dos não-índios na serra. Taunay refere-se também à facilidade desses índios em comunicar-se, pois além de simpáticos, “todos sabiam falar muito bem a língua portuguesa”, homens e mulheres. Provavelmente, resultado dos ensinamentos do Frei Mariano de Bagnaia, ao qual já me referi. Essa situação de contato involuntário dos Kinikinau com a população de língua portuguesa foi mais um dos fatores que levaram ao enfraquecimento das práticas tradicionais, principalmente da língua.

Após a guerra, intensificou-se o processo de ocupação das terras do sul de Mato Grosso, pelos criadores de gado. Para tomar posse da terra, os fazendeiros expulsavam os índios, ou eliminava-os, simplesmente. Segundo Ribeiro (1968, p. 83-4), após a Guerra do Paraguai, os índios da região de combate, que direta ou indiretamente deram sua contribuição ao exército brasileiro, começaram a perder uma outra guerra: a guerra dos invasores de terra.

Notícias da primeira metade do século XIX indicam que alguns grupos (Guaná) foram aldeados junto ao rio Paraguai, outros mais a leste, no rio Miranda, onde se viram envolvidos na guerra entre brasileiros e paraguaios e tiveram suas aldeias invadidas. Findas as hostilidades, voltaram a instalar-se nos antigos locais e entraram em competição com os criadores de gado que, nesse período, começavam a ocupar a região. (...) A maior parte dos grupos Guaná – entre eles os Kinikiná e os Layâna – perdeu suas terras, sendo compelidos a trabalhar para os que delas se apossaram, ou a se dispersar (Ribeiro, 1968, p. 84).

Dos quatro sub-grupos Chané (Guaná) que participaram da Guerra do Paraguai, apenas os Terena, que sempre foram mais numerosos, resistiram ao etnocídio praticado pelos invasores de terra no período pós-guerra, conseguiram manter-se enquanto grupo e obter a demarcação de suas terras.

Os Kinikinau, que possuíam suas aldeias muito bem definidas, conforme se pôde constatar no percurso de sua história, contribuíram com o desenvolvimento regional, com seu trabalho na lavoura, foram os primeiros habitantes da serra de Maracaju e ajudaram a abastecer o exército brasileiro de cereais e víveres, durante a ocupação paraguaia, segundo Taunay (1931), jamais receberam o merecido reconhecimento. Sobreviveram em número bem reduzido, não conseguiram garantir o direito à terra e, até hoje não a têm. Obrigados a trabalhar como peões nas fazendas que se foram formando na região, tiveram de abandonar muitas de suas tradições. Soma-se a todas essas perdas, a perda de referenciais culturais e o esfacelamento da sociedade grupal.

A partir de então, os Kinikinau foram dados como desaldeados, diluídos entre os Terena e extintos. Muitos Kinikinau passaram a se identificar como Terena, para garantir um lugar para fixar residência. Quando nasciam os filhos, esses pais os registravam como Terena. Outros persistiam na busca de um lugar, vagando pela região de Miranda. Quando nasciam os filhos, a Funai se encarregava de identificá-los e registrá-los como Terena, deliberadamente, conforme relato dos colaboradores desta pesquisa. Esse foi mais um fator de enfraquecimento e perda dos elementos da cultura que os identificavam como Kinikinau.

Importantes obras da literatura indígena dão os Kinikinau como etnia e/ou língua extintos: Mason (1963), Ribeiro (1968), Oliveira (1976), Tovar (1984) entre outros. Não aparece o nome dos Kinikinau em pesquisas censitárias e em publicações, como a “Lista de povos Indígenas no Brasil Contemporâneo” do Banco de Dados do Programa Povos Indígenas do Brasil – CDI/Instituto Socioambiental, nov/94¹⁷.

Kinikinau hoje: um povo ainda invisível

Existem duas versões sobre o surgimento da aldeia São João, onde os Kinikinau vivem há 60 anos: uma contada de forma velada, como um segredo, conta que os Kadiwéu roubavam mulheres de outras aldeias e as levavam para aquele local, onde iam visitá-las, até perderem o interesse por elas. A outra versão é contada pelo Sr. Miguel (84 anos) e Dona Zeferina (73 anos), casal que chegou à aldeia por volta de 1950. Eles contam que no final da década de 1940, os Kinikinau formavam um grupo de índios sem terra (*ako poke'è*), sem teto (*ako peno*) e sem rumo (*yonoheoti xâne*), que vagava na região de Miranda, sempre carregando as tralhas na cabeça (*inone koynuáti*) e as crianças escarranchadas no

quadril (*nõen xe'exa*). Então, um capitão da tribo Kadiwéu foi até eles e os convidou para morar em um pedaço de suas terras¹⁸. A proposta foi aceita por parte deles, os mais velhos, cansados do nomadismo. Estes se mudaram para lá, imediatamente. Os que ficaram, ainda acalentavam um fio de esperança de poder retomar suas terras, seu território tradicional. Entre esses estavam a Dona Zeferina e o Sr. Miguel, ela com pouco mais de 16 anos, com dois filhos. Mas algum tempo depois, resolveram também seguir para lá, vencidos pela miséria e pelos infortúnios decorrentes dela.

Os colaboradores mais idosos desta pesquisa relatam os problemas que suas famílias tiveram de enfrentar para sobreviver nos meses que antecederam as primeiras colheitas. Alimentavam-se apenas de uma espécie de palmito (*namukulite*) e de bocaiúva (*amukaya*), do qual aproveitavam a polpa e a castanha. No princípio eram apenas doze famílias Kinikinau. Depois de algum tempo, os casamentos interétnicos acabaram motivando a entrada de famílias Terena. Pelo mesmo motivo chegaram não índios (negros e brancos). Não tardou também a chegada de famílias Kadiwéu, que, expulsas de suas aldeias, por desavenças, mudaram-se para a Aldeia São João¹⁹, dando continuidade ao processo cultural que sempre marcou essas nações (Chané / Guaicuru), ou seja, a ambigüidade da relação.

A aldeia São João localiza-se numa das encostas da Serra da Bodoquena, próximo à cidade Bonito, na região Centro Oeste, estado de Mato Grosso do Sul. O lugar é muito bonito. A paisagem enche os olhos de um verde que se estende pelos morros a perder de vista. O solo é pedregoso, a vegetação é rala, típica de cerrado. A beleza exuberante da região está transformando a cultura regional, outrora agropecuária, agora em ecoturismo.

Dois rios atravessam e abastecem a aldeia: o Aquidaban e o rio São João, ambos rasos, pouco caudalosos. Secam na estiagem, deixando a população com sérios problemas. Até 2005, esses rios eram a única fonte de água para a maioria das famílias. Nesse ano, foi feito um poço artesiano e a maioria das casas passou a ter instalação sanitária e uma torneira com água no quintal. Foi construído também um prédio de alvenaria para a escola.

As casas *ovokuti* são espalhadas pelo terreno da aldeia, algumas caprichosamente construídas de troncos de coqueiro *namukulikaxe*, cobertas de folhas de coqueiro *ixate*. A maioria tem cozinha e fogão de lenha. Outras são apenas um rancho, usado como quarto e todas as atividades

diárias são realizadas em um espaço aberto, coberto de folhas de coqueiro, onde colocam mesa e bancos feitos por eles mesmos. Os quintais são arborizados e limpos.

A população da Aldeia São João é de 248²⁰ habitantes, sendo 127 Kinikinau, 23 Terena, 1 Guarani, 87 Kadiwéu e 10 não índios. Dados fornecidos pela professora de Matemática, Anna Aparecida, que tem também a função de coordenar a escola.

O número real da população Kinikinau é difícil de precisar, pois existem Kinikinau em aldeias Terena, principalmente na aldeia Brejão e na aldeia Cabeceira, em Nioaque e, na aldeia Lalima, em Miranda. Muitos preferem não se identificar como Kinikinau, com medo de perderem o pedaço de terra que ocupam e cultivam, embora no aspecto físico não seja muito difícil distingui-los. Há também famílias na cidade de Bonito. A maioria dessas famílias teve de abandonar a aldeia São João, devido a atritos com os Kadiwéu. Mas o número de Kinikinau que optou pela vida urbana é significativamente pequeno, segundo informação de campo.

Todas as famílias têm algumas cabeças de gado (em média 3 a 6). Eles as criam para o consumo, e só em caso de necessidade as comercializam. É comum se afeiçoarem aos animais. Os Kinikinau não têm hábito de tirar o leite das vacas, pois temem prejudicar os bezerrinhos (*xe'exa waka*). Apesar de criarem muitas aves (galinhas, galos, patos, galinhas d'angola), não fazem muito bom proveito dos ovos e comem carne delas apenas aos domingos. Todas as famílias plantam pequenas roças de feijão, arroz, milho, mandioca e cana-de-açúcar. Há também plantações de frutas (laranja, limão, banana, melancia) e alguns legumes (abóbora, quiabo).

Muitos Kinikinau que moram na Aldeia São João trabalham como peões em fazendas da região, pois a terra que são autorizados a utilizar é pouca para tirar dela o sustento de todos. O contato com outros grupos e com não-índios tem provocado mudanças radicais na cultura Kinikinau. No contato com peões pantaneiros os índios assimilaram vários comportamentos que acabaram por ser incorporados na aldeia, como o vestir-se tal qual os peões, ter um rancho com tralhas de montaria, ainda que quase não usem o cavalo para se locomoverem dentro ou fora da aldeia, o hábito de tomar o tereré²¹, inclusive da forma ritualística, como é feito nas rodas de peões das fazendas do pantanal.

Outra influência que teve impacto sobre a cultura dos Kinikinau foi o contato sistemático e prolongado com o frei Mariano de Bagnaia, "protetor" dos Kinikinau, no século XIX. Segundo Taunay (1930), o referido frei construiu uma escola e colocou todas as crianças para estudar.

Ensinava-lhes a ler, escrever, dava aulas de música e de catecismo, impondo a eles a cultura e a língua do dominante.

Os Kiniknau perderam quase toda a sua referência musical tradicional. As únicas músicas lembradas pelos colaboradores da pesquisa são conhecidas apenas por uma pessoa idosa: o canto que faz apelo aos espíritos nos rituais de cura e os que pedem a proteção dos animais. Os instrumentos musicais que demonstram conhecer, e há quem os fabrique e toque na aldeia, são a caixa de percussão (tambor) e a flauta de bambu (*ehuxô e etakati*). O único detentor desse saber é o senhor Inácio. Ele fabrica os instrumentos, toca-os e também os comercializa.

A literatura oral também deixou de ser repassada há bastante tempo, pois não existem contadores de história. O Sr. Miguel é o único índio da aldeia que tem histórias para contar. Suas histórias confundem-se com histórias bíblicas, como a história da arca de Noé e com as histórias contadas pelos pantaneiros. Para os Kiniknau, pai dos bichos (*ho'openo há'a*) e o pai do mato (*etutikoti ha'a*), ambas parecidas, pois os dois personagens *ho'openo há'a* e *etutikoti ha'a* são entidades encantadas que castigam o humano que pratica o mal. O primeiro castiga o homem que comete crime ecológico contra a fauna. O segundo, castiga o homem mau que comete perversidade com a natureza e com o próximo.

Os casamentos interétnicos na aldeia são comuns, tendo em vista a diversidade étnica já mencionada neste trabalho. Há casamentos com Terena, Guarani, Kadiwéu e não-índio (negro e branco).

O apego familiar, mencionado pelos historiadores e missionários na cultura dos Chané, torna-se um fator de identidade, porque existe uma história que, apesar de ambígua e confusa, coloca no mesmo palco as nações Chané e Guaicuru, desde que elas começam aparecer na literatura do Chaco, com indícios de que essa relação seja bem mais remota e que continua até hoje. Quando se olha para essas duas culturas, esse comportamento amável e afetuoso dos Chané fica mais evidente.

Os Kiniknau são muito afetuosos com os filhos e netos. O avô (*oxu*), em particular, é a alegria dos netos (*omori*). Ele coloca um apelido em cada neto para, segundo a tradição, dar-lhe sorte na vida. Os apelidos consistiam, antigamente, em nomes alusivos à natureza, como *Híkere* 'estrela', *Kôhe* 'lua', nome de pássaros, como *Xirixiri* 'beija-flor' etc. Hoje, os apelidos são colocados, ainda pelo avô, mas não têm mais o mesmo significado. Os apelidos são palavras inventadas, como: "*Ndoti*", "*Pipipi*", "*Mikuxa*" e parecem tratar-se de uma brincadeira carinhosa do avô, no tratamento com o neto quando criança.

Com relação aos mortos, esses já não são mais enterrados próximo à porta da casa, como era costume antigamente. Com o passar do tempo, apenas as crianças eram enterradas à porta da casa e, hoje, há um cemitério na aldeia, onde são enterrados todos os falecidos, indistintamente

A morte é um acontecimento raro na aldeia, atualmente. Apesar das dificuldades já mencionadas, os pais são muito cuidadosos com seus filhos, principalmente na higiene, na alimentação e nas providências em casos de doenças. Os idosos são cuidados por seus filhos e a perspectiva de vida aumentou. O alcoolismo, ainda considerado um problema na aldeia, não causa tantas mortes como no passado, conforme relatos dos colaboradores. Num passado não muito distante, a bebida provocava muitas mortes de várias formas: motivando brigas, acidentes, doenças. Cada família tem uma ou mais histórias de morte resultante de alcoolismo para contar.

Os Kinikinau são trabalhadores. Todas as famílias possuem uma roça, ainda que num espaço muito pequeno, e também animais de que cuidam com especial zelo. Nas buscas bibliográficas que empreendi para conhecer a ancestralidade dos Kinikinau, não encontrei nenhuma evidência de que esses índios tenham, em algum tempo de sua existência, dedicando-se à produção de cerâmicas ornamentais. Porém, no desejo obstinado de vencer a invisibilidade e se fazer ver como indígena de Mato Grosso do Sul, foi criada, em 2004, a Associação das Mulheres Ceramistas na aldeia, por um pequeno grupo de mulheres, que vêm surpreendendo a todos com seus resultados positivos. Elas têm participado de feiras em cidades do estado e isto ajuda na motivação, para que outras pessoas comecem a participar da associação. Alguns homens, entusiasmados com o sucesso das mulheres, estão também praticando a produção artística artesanal. Já são encontrados trabalhos com madeira, como bancos, gamelas; com penas, cocares e adornos; pintura em couro e a produção de adornos com sementes, como colares, brincos e pulseiras. Também na escola, as crianças estão sendo estimuladas a produzir artesanato, atualmente. Como a escola é um espaço democrático dentro da aldeia, Kinikinau, Terena, Kadiwéu e não índio se juntam e produzem trabalhos nos quais fica visível a simbiose dos traços, cores e formas.

No começo do meu trabalho de pesquisa, a produção artesanal estava se iniciando na aldeia. A cerâmica era muito rudimentar. Eram peças muito pesadas, não tinham acabamento, a tinta saía na mão e acabava borrando toda a pintura do objeto. Muito da produção era perdida, por falta de conhecimento técnico na manipulação da argila. Com perseverança, e na base do erro e acerto, a cerâmica vem a cada

dia sendo aperfeiçoada e assumindo uma característica Kinikinau, no fazer das ceramistas.

A tecelagem já não é mais uma habilidade das índias Kinikinau. Essa prática cultural que tanto impressionou os historiadores no passado, como tantas outras atividades culturais, deixou de ser realizada. Apenas a Dona Zeferina tece as fibras do algodão que é plantado em volta da casa, uma das marcas da tradição que ainda pode ser percebida. Ela tece redes e pequenas toalhas. Mas como não consegue vender essas peças, não tem motivação para se dedicar a uma produção continuada. Ela se dedica mais à tecelagem da lã de carneiro, pois dá melhor retorno financeiro. Produz baixeiros²², que são vendidos para os peões da aldeia e da região.

A vida social na aldeia São João assemelha-se à vida social das fazendas e assentamentos da região, da vida social rural, com influências urbanas. As festas e comemorações da aldeia acompanham o calendário das tradições urbanas, como a festa junina, por exemplo, com a dança da quadrilha. A grande festa é a do dia do índio, pois envolve toda a população da aldeia. A festa conta com a colaboração dos fazendeiros da região, que oferecem a carne. Comerciantes da cidade de Bonito levam refrigerantes, refrescos, sorvetes, doces e biscoitos para vender na aldeia, o que mostra a interferência da cultura dominante nas aldeias indígenas. Antes do almoço comunitário, são realizadas as atividades culturais preparadas pelos professores: danças típicas das etnias que compõem a população da aldeia, exposições de pinturas, desenhos, trabalhos manuais e artesanato produzidos pelos alunos e também o artesanato em geral, produzido pelos adultos. Comparecem a essa festa pessoas de outras aldeias, das fazendas vizinhas, do assentamento, das cidades mais próximas e também de Campo Grande. Pessoas que mantêm algum vínculo de parentesco, amizade ou de trabalho com habitantes da aldeia.

Analisando a situação dos Kinikinau em relação aos Guaicuru, desde o passado remoto no Chaco paraguaio até os dias atuais, verifica-se que, de certa forma, pouca coisa mudou na história desse povo. Apesar da proximidade física das moradias, há um enorme fosso social, político e ideológico que separa esses dois grupos naquele local. Na Aldeia São João impera uma palavra de ordem entre os Kinikinau: evitar qualquer atrito com os Kadiwéu. Existe um clima tenso, em que os Kinikinau estão sempre preocupados em não fazer absolutamente nada que provoque os Kadiwéu que moram na mesma aldeia, nem enfrentá-los em eventuais conflitos.

Os Kinikinau de hoje parecem ter outra compreensão de sua própria identidade. Eles sabem que têm direito à liberdade, ao seu território tradicional, mas sabem também que são numericamente fracos e não têm força política para lutar. Suportam as condições que lhes são impostas porque não têm outra opção. Não têm para onde ir. Mas sofrem e se revoltam. Algumas famílias já se mudaram para a cidade e conseguiram se manter. Outras tiveram de voltar para a aldeia, e outras pediram ajuda aos Terena. Há, atualmente, um movimento pela aquisição da terra a que têm direito, que está recebendo respaldo de parte dos Terena. Alguns membros da Funai tentam dissuadi-los e desencorajá-los, prometendo resolver pequenos problemas da aldeia. Os Kinikinau percebem a intenção e, por isso, não confiam mais, não acreditam nas promessas.

Empenhados no projeto dos Kinikinau, de resgate dos valores culturais étnicos e re-aprendizagem de possíveis técnicas artesanais, os professores da escola da aldeia (que não são indígenas) tentam ajudá-los, pedem aos alunos tarefas que envolvem a participação dos pais ou avós, no intuito de que os mais velhos repassem às crianças e jovens a sua herança cultural.

A escola é o espaço mais democrático da aldeia. Nela estudam os filhos dos Kinikinau, dos Terena, dos Kadiwéu e até algumas crianças não índias. Os conflitos entre as crianças são os mesmos que existem em qualquer escola. Porém, os professores percebem a diferença, nas atitudes dos alunos das diferentes etnias. Os trabalhos em grupo são sempre incentivados, principalmente nas séries mais avançadas. Nos trabalhos de artes fica muito evidenciada a simbiose cultural, principalmente na pintura. Nos grandes painéis que produzem, os alunos imprimem, cada um, a sua marca cultural: nos traços, nas cores, nas formas e, o resultado fica bastante interessante.

A Língua e seus falantes

A língua kinikinau pertence à família Aruak. Essa classificação é feita por Mason (1963, p. 214), por Loukotka (1968, p. 144) e por Tovar (1984, p. 129).

Segundo Metraux (1946), a cultura dos povos Chané (Guaná) havia se modificado pelas influências que cada grupo teria recebido de outras culturas, em decorrência do contato. Já Mason (1946), mais radical, afirma que o Kinikinau, assim como todos os subgrupos Chané (Guaná) deixaram de falar sua língua Aruak e passaram a falar uma língua

guaicuru, afirmação feita em nota de rodapé. Essa afirmação foi repetida por vários pesquisadores.

De acordo com Aikhenvald (2001), Aruak é a família lingüística que tem maior número de línguas na América do Sul. No Brasil, as línguas da família Aruak se concentram nas regiões Norte e Centro Oeste. São elas: apurinã, baniwa, mehinaku, palikur, pareci, piapoko, tariana, wapishana, waurá, yawalapiti, terena e kinikinau.

Não há estudo publicado sobre a língua kinikinau. Fonseca (1899, p. 112-14) cita uma lista de 150 palavras que afirma serem da língua kinikinau, porém é um equívoco, pois não se trata de kinikinau. Oliveira (1976) faz referência a este fato. Observe a pequena mostra reproduzida abaixo, no Quadro 1:

1. lista de Fonseca (1899) * Kinikinau	2. Kadiwéu Sandalo (1996)	3. Kinikinau - Souza (2006)	Glossa
hiaxirátake	eciGataki	opekeyku	axila
anhami	aqɑ:m:i	iti - itike	tu, teu
anadhéghere	nigojo:Go	natakay	minhoca
hiatôhe	eatobi	nône	rostro
kekerehê	Gek:o:Ge	ûke	olho
norogueghi	ny:oGoj:egi	hõe	peixe
hiedêde	ed:e:de	êno	mãe
hio, nio	e:m:	ûndi - induke	eu - meu
hueh-tirah	nalaGate	mopoê	montanha
himigo	limigo	kiri	nariz
apá-cainighy	apaqacodi	kipê	ema
nighah-ani	niga:nigi	hoyeno kaliwôno	criança - sexo msc.
nighah-oána	niga:na	seno kaliwôno	criança - sexo fem.
hio-tôde	yotedi	hikere	estrela

A coluna 1 apresenta a lista de palavras coletadas por Fonseca, acreditando ser da língua kinikinau. A coluna 2 é uma lista correspondente à coluna 1, de palavras da língua kadiwéu (Guaicuru). Na coluna 3, apresento a mesma lista das palavras na língua kinikinau, que coletei em campo.

Como se pode ver, as palavras da lista de Fonseca diferem consideravelmente das palavras da língua kinikinau. Em uma análise ainda superficial, percebe-se que as palavras da lista de Fonseca são mais próximas do Kadiwéu. Na interpretação de Oliveira (1976), este fato confirma a hipótese de Mason (1946), de que os Kinikinau passaram a falar uma língua Guaicuru.

A língua kinikinau encontra-se em estágio muito avançado de extinção, contando com 11 falantes ativos e alguns falantes passivos ou semi-falantes²³. Este trabalho pretende também projetar mais um foco de luz sobre o problema da morte de línguas que vem ocorrendo no Brasil, sendo a língua kinikinau apenas mais uma.

O que se sabe hoje sobre a língua kinikinau, com base na literatura, é que ela se assemelha à língua terena, com poucas diferenças, já percebidas por Sanchez Labrador (1910) e por Taunay (1931). O estudo por mim realizado até o momento, embora não tenha caráter comparativo, permite já distinguir algumas das diferenças que existem entre esses dois dialetos Chané.

Em kinikinau, o fone [w] está em variação livre com [v]. A intuição do falante (professor da língua kinikinau na escola da aldeia) manda, inclusive, grafar as palavras com w e não com v, conforme se faz na língua terena. O falante sente essa diferença e, imbuído do forte desejo de ressaltar as diferenças que podem identificar o seu povo, procura evidenciá-la explicitamente. Bendor-Samuel (1970 [1960]) interpreta esse som como aproximante e Eastlack (1968) descreve-o como fricativo, para o terena. Respeitando a posição do falante e concordando com sua intuição, estou considerando /w/, fonema aproximante, o fonema da língua kinikinau. Os exemplos abaixo ilustram essa discussão.

Kinikinau	Transcr. Fonét.	Terena	T. Fonét.	Português
pôwo	[pɔ: wɔ]	pôvo	[po .vo]	<i>ombro</i>
ewekoti	[ɛ.wɛ.kɔ.ti]	evekoti	[e.ve.ko.ti]	<i>acompanhante</i>
mowo'iti	[mɔ.wɔ.ʔi.ti]	movo'iti	[mo.vɔ.ʔi.ti]	<i>seco</i>

Com relação às vogais, kinikinau e terena partilham o mesmo quadro de fonemas, porém distinguem-se foneticamente.

Há uma diferença fonética no emprego das vogais médias. Na língua kinikinau elas são mais abertas:

	grafia	Kinikinau (transcr)	Terena	Glossa
a.	ramoko	[r a.mɔ.kɔ]	[r a.mo.ko]	<i>farinha</i>
b.	epô'e	[ɛ.pɔ: ʔɛ]	[ɛ.po: ʔɛ]	<i>bola</i>
c.	kenôti	[ke.nɔ:ti]	[ke.no:ti]	<i>orelha</i>

Kinikinau conta com várias regras de assimilação vocálica regressiva que não estão presentes no terena. Estas regras não são categóricas no kinikinau. Assim, uma vogal qualquer pode tornar-se [i] antes de /i/ e a vogal /u/ torna-se [o] quando for seguida de /o/. Observe os exemplos a seguir:

(4)	kinikirau	terena	
a.	[hi.pi.ki.ri.ri]	[ho.pi.ki.ri.ri]	<i>cigarra</i>
b.	[i.pi.ko.vɔj]	[u.pi.ko.vɔj]	<i>arco-íris</i>
c.	[ho.no.vo.ti]	[i.hu.no.vo.ti]	<i>vento</i>
d.	[a.lo.ko.ti]	[a.lu.ko.ti]	<i>subir</i>
e.	[o.mo.ri]	[a.mo.ri]	<i>neto</i>

Há diferença no uso da oclusiva glotal.

(5)	Kinikinau	Transcrição	Terena	Transcrição	Português
a.	xuwe'eti	[ʃu.wɛ.ʔɛ.tiʔ]	exoviti	[e.ʃu.vi.ti]	<i>Irmão mais velho</i>
b.	mopo'e	[mo.po.ʔɛ]	mopôi	[mo.po: i]	<i>pedra</i>
c.	Kipâ'e	[ki.pa.ʔɛ]	kipâe	[ki.pa: e]	<i>ona</i>

O uso da obstruinte glotal na língua kinikinau é mais acentuado na elicitación de dados, palavras e frases. Na fala espontânea, a principal informante da pesquisa tende a apagá-la. Mas, quando é solicitada a repetir, evidencia-se a glotal.

A língua kinikinau não apresenta palavras lexicais monossilábicas, o que indica a presença de pés binários, com a exigência de palavras mínimas serem compostas minimamente de um pé não degenerado. Ainda não foi possível descrever a ocorrência de acento, dado o fato de que ele se confunde muito com o tom para uma transcrição auditiva. Em trabalhos futuros, uma análise acústica cuidadosa deverá ser realizada para se entender qual é o correlato acústico de acento e poder separá-lo, através de transcrição amparada pelo PRAAT²⁴, do tom.

Até o presente momento, há a impressão de que a ocorrência do tom não é previsível. Há fatos de alongamento de vogal que também evidenciam uma língua tonal:

(6)	a.	[i:ma]	[ka- irna -ti]
		<i>marido</i>	Verbz- marido IMPERF ^z
			<i>Ela é casada</i>

Como pode ser notado, a língua kinikinau tem vogais alongadas que sempre carregam, quando presente, um contorno tonal. Se um prefixo é agregado, o contorno é desfeito e a vogal torna-se curta. Este fato indica uma língua tonal, com associação de tons da direita para a esquerda,

sendo que se a quantidade de sílabas não for suficiente para a quantidade de tons presentes, a vogal mais à esquerda é alongada. Veja que as vogais alongadas sempre ocorrem do lado esquerdo da palavra, sendo mais uma evidência para esta análise.

(7)	a.	[ki: r i]	<i>nariz dele/dela</i>
	b.	[he: we]	<i>pé dele/dela</i>
	c.	[tu: ti]	<i>cabeça dele</i>

A língua terena não foi analisada por nenhum de seus estudiosos como uma língua tonal, embora Aikhenvald (2001, p. 79) tenha levantado a hipótese de se tratar de uma língua tonal.

Há diferenças lexicais, como as exemplificadas abaixo²⁶.

(8)		Kinikinau	Terena	Português
	a.	yuh ôti	êxetinati	<i>história</i>
	b.	howó'owo	háne	<i>marimbondo</i>
	c.	kali poynu	âti	<i>irmãosinho (caçula)</i>
	d.	tútunaka	haváva	<i>ferro</i>

Essas diferenças são resultantes, provavelmente, de influências que cada um desses dois grupos – Kinikinau e Terena – recebeu dos contatos com outras etnias ao longo de suas histórias.

Matteson (1972), em seu trabalho comparativo e de reconstrução do Proto Aruak e proto Chané, afirma que Terena e Kinikinau partilham 76% do léxico. Em meus dados, considerando a lista de Swadesh, esse percentual é maior para a semelhança. Porém, no léxico em geral, confirma-se a informação da pesquisadora.

A língua kinikinau não faz uso de determinantes (DET), outro aspecto que a distingue da língua terena.

(9)	Terena		Kinikinau		Português
	a.	úrati re káme	úrati ø káme		
		3sg.boa DET abóbora	3sg.boa abóbora		<i>a abóbora é boa</i>
	b.	kakaneti ra náranga	kakaneti ø narãnga		
		3sg.podre DET laranja	3sg.podre laranja		<i>a laranja está podre</i>
	c.	xeki Vili ra'a	ituke Vili xekeye		
		estilingue Vili demonstr.	3Posses. Vili estilingue		<i>este estilingue é do Vili</i>

Esta mudança lingüística resultou em uma mudança na ordem dos constituintes na língua kinikinau, o que constitui a diferença mais acentuada entre kinikinau e terena.

A língua kinikinau apresenta fenômenos que caracterizam as línguas obsoletas, como a fácil adaptação da língua dominante ao léxico, conforme mostram os exemplos seguintes:

(10)	a.	luminguke	<i>domingo que vem</i>
	b.	karixopu'i	<i>carijó</i>
	c.	benzexoti	<i>benzer</i>
	d.	mbrimona	<i>meu primo</i>

Kinikinau e terena são dialetos Chané que apresentam muitas semelhanças e algumas diferenças que precisam ser melhor investigadas. Ambos povos concordam que as línguas se parecem, mas discordam com a mesma convicção quando se afirma que falam a mesma língua. Esse comportamento é compreensível, pois a rivalidade entre esses grupos foi percebida por Taunay (1931) e, na aldeia São João, apesar de uma convivência cordial, não é difícil de se notar que as divergências ancestrais ainda não foram totalmente superadas.

De acordo com dados levantados em campo, não há falante monolíngüe em kinikinau. Todos falam o português. Das 11 pessoas entrevistadas, apontadas como falantes da língua ancestral, quatro afirmaram ser falantes ativas, isto é, usam a língua muito freqüentemente, e sete responderam que não falam no dia-a-dia. Apenas quatro falantes parecem fazer uso da língua kinikinau cotidianamente. São da mesma família e moram próximos uns dos outros. Os demais só falam eventualmente, porque em casa não há quem fale ou entenda, isto é, não têm interlocutores. De 25 a 49 anos, foram 30 entrevistados. Apenas três se declararam falantes não muito proficientes. Sete responderam que entendem e 20 disseram que não falam nem entendem.

Existem falantes²⁷ de Kinikinau fora da aldeia, que não foram entrevistados. Seriam mais quatro falantes. Esse número não é preciso, pois foi dado pelos informantes e apenas um foi conferido pessoalmente.

Na pesquisa com essas pessoas, ficou claro que nas casas onde os falantes convivem com filhos e netos, como é o caso dos principais colaboradores desta pesquisa, as crianças, os jovens e os adultos são falantes passivos ou semi-falantes, pois os idosos (avós), embora bilíngües (kinikinau – português) usam a língua nativa para se comunicar com eles. Em geral falam sobre todos os assuntos na língua: perguntam, respondem,

informam, contam fatos, dão os comandos e também repreendem as crianças e os jovens. Todos entendem, inclusive as crianças. Porém, ninguém conversa com eles na língua kinikinau. Não ocorre, no cotidiano familiar, o diálogo na língua com todos os componentes da família.

Quando questionadas sobre o fato de não terem ensinado para seus filhos a língua nativa, as mães se justificam, dizendo que os professores da escola se queixavam da dificuldade para alfabetizar as crianças que não tinham o português como primeira língua, e sugeriam às mães que deixassem para ensinar a língua indígena depois que seus filhos fossem alfabetizados.

O papel social da língua kinikinau hoje está basicamente relacionado com a necessidade de reafirmação da identidade étnica. Falar a língua, ensiná-la e estudá-la faz parte do projeto de resgate cultural, da manifestação da ancestralidade ou do pouco que restou dela. Considerando que a cultura não é uma coisa estática, fossilizada na memória e nos rituais de um povo, mas sim uma dinâmica que se renova a cada dia, pode-se dizer que eles estão re-construindo sua identidade étnica.

O que está claro até o momento, na interpretação dos dados coletados, é que como já foi mencionado anteriormente, terena e kinikinau são línguas muito parecidas, são dialetos Chané, mas têm diferenças fonéticas, lexicais e gramaticais que o espírito de ressurgência do grupo torna de grande relevância para a confirmação da identidade.

Segundo Day (1985) a morte não é o fim natural das línguas. O natural é que todas as línguas ativas mudem, porque seus falantes fazem parte de uma sociedade que está em constantes mudanças. Usando um exemplo do autor, o português antigo é quase irreconhecível para os falantes do português de hoje, assim como acontece com todas as línguas em uso. Há línguas que se transformam em outras línguas, como é o caso do latim, que se transformou em francês, espanhol, italiano, português. Duas línguas podem coexistir harmonicamente, com os grupos sociais tornando-se bilíngües.

Os fatores apontados como responsáveis pela situação de obsolescência da língua kinikinau não acrescentam nenhum fato inusitado, pois todos já foram descritos por pesquisadores e estudiosos como os citados neste trabalho, em relação a várias línguas que já foram extintas. O preocupante é ter de repetir essa descrição, sabendo que não será pela última vez.

Existem muitos recursos hoje que podem ajudar num processo de reaprendizagem, de revitalização de uma língua que está quase mas não

totalmente morta, como é o caso da língua kinikinau. Existe a vontade dos Kinikinau. Porém, não existe uma política cultural e educacional que dê suporte técnico para que isso ocorra. A escola não forma falantes de uma língua, mas pode ajudar muito no trabalho de resgate das práticas culturais ancestrais, se puder contar com outros setores da organização política do estado, como cultura, esporte, transporte etc., para investir no preparo de professores e técnicos que possam subsidiar os membros da comunidade, como pais e avós que se propõem a participar do processo de resgate dos valores étnicos, principalmente da língua.

Enquanto as políticas públicas não chegam à aldeia, os Kinikinau estão cada vez mais próximos de ser apenas mais um nome nas enciclopédias. Continuam sendo índios invisíveis que, impotentes, vão sentindo o silenciar do som de sua língua ancestral.

Notas

¹ Apud Dauenhauer & Dauenhauer (1999, p. 59)

² A presença Terena no MS é expressiva. Em número, são cerca de 18 mil. Dado fornecido pela FUNAI.

³ (<http://www.brcactaceae.org/brasil.html>)

⁴ As duas denominações “Chané” e “Guaná” aparecem na literatura, e alguns autores chegam a discuti-las. Xâne é auto-denominação e significa povo, gente. Guaná, é como os demais povos os chamavam. Segundo Sanchez Labrador (1910), Guaná é um demonstrativo ‘aquele’ em uma das línguas faladas no Chaco. O Missionário considerava essa denominação depreciativa e os chamava Chané~ Chaná.

⁵ Alvar Nunez Cabeza de Vaca foi um explorador espanhol.

⁶ Desses quatro subgrupos, a literatura aponta apenas o Terena como sobrevivente e os demais como extintos. Na aldeia São João há um índio Layana que é, inclusive, falante da língua. Ele afirma que existem outros parentes em aldeias Terena.

⁷ El colônia del pueblo de Chanás; su modo de vida, labradora; gñenos y ritos son los mismos. Las mujeres se cercenan el cabello por frente de oreja à oreja, y lo demás dejan suelto ó recogen en trenza; andan vestidas de mantas de algodón que ellas hilan y tejen con primor; son amantísimas de sus hijos, buenas trabajadoras; virtudes transcendentales a toda la nación dividida en siete⁷ pueblos (Sanchez Labrador, 1910, p. 33).

⁸ Historiador e poeta inglês, Southey escreveu seu História do Brasil entre os anos 1806 e 1819.

⁹ Son los Guaná pacíficos y dóciles, sufren con paciencia que los mbyá de lo oeste o guazús se introduzcan temporadas en sus países y que les roben lo mejor que hallan en sus labranzas y casas. No solo esto, sino que voluntariamente dejan su patria abandonada y van a mezclarse con los mbyá en todas partes, y ali chacarean sin más estipendio que los favores que reciben de las mujeres y el gusto de montar caballos que no tiene en su patria.

¹⁰ Los Guaná, que son tan numerosos como todas las naciones bárbaras juntas, vienen en tropas y viven entre nosotros a expensas de su trabajo, y después vuelven pero vienen otros, de modo que siempre tenemos muchos. Como jamás han hallado buena acogida en el gobierno, ni se ha dado una orden en su favor, no se determinan a traer sus mujeres, ni familias, por cuyo amor regresan a su patria casi todos. Si abiertamente se les protegiese y se regalase algunas frioleras a sus mujeres y niños, veríamos en breve veinte mil guaná entre nosotros, todos chacareros.

¹¹ É importante observar no texto de Jardim, que o autor faz referência ao subgrupo Guaná (Exoaladi) e usa Chané ao se referir aos quatro conjuntamente.

¹² João Severiano da Fonseca (1899 [1880]) versão consultada em Francês “Voyage autour du Brésil”. O autor faz uma descrição da língua que ele acreditava ser Kinikinau, nas páginas 110 a 112 e registra duas listas de palavras Kinikinau/Layana, p. 112-14, para mostrar suas diferenças. A lista de palavras dadas como Kinikinau, na verdade é de uma outra língua. Oliveira (1976) menciona esse fato, sugerindo que o informante Kinikinau usava a língua Guaicuru, como sua língua, e estende essa apropriação aos demais Kinikinau. Este assunto será retomado mais adiante, neste trabalho.

¹³ As palavras “escravo” e “servo” são usadas na literatura que se refere aos Guaicuru, porém, é importante esclarecer que aos índios capturados e aos que se ofereciam voluntariamente como tais aos Guaicuru, nenhum trabalho forçado, nenhum castigo lhes era imposto. Tinham, inclusive, a liberdade de voltar para suas aldeias se e quando quisessem.

¹⁴ O relacionamento de Taunay com os Guaná se intensificou com o envolvimento do escritor com uma jovem índia, com a qual coletou dados sobre a língua. O namoro inspirou o conto romântico “Irecê, a guaná”. O autor assume, em sua biografia, que essa índia foi o grande amor de sua vida.

¹⁵ A Guerra da Tríplice Aliança foi de 1864 a 1870.

¹⁶ Segundo Taunay (1931), Pakalalá era um valente e inteligente jovem de pouco mais de 20 anos, que foi escolhido por seu povo como capitão. Até hoje, a escolha do capitão da aldeia é assim.

¹⁷ Lista publicada no livro “A temática indígena na escola”, organizado por Silva e Grupioni (1995).

¹⁸ Após a guerra, os Kadiwéu foram agraciados com grande extensão de terra. Em número muito reduzido, esses indígenas não conseguiam cuidar delas e temiam a invasão dos criadores de gado. Por isso, convidaram um grupo de índios que perambulava pela região de Miranda a morar em uma parte delas. Relato do Kadiwéu, Sr. Martinho, para esta pesquisa – confirmada pelos Kinikinau, colaboradores.

¹⁹ Faz-se necessário esclarecer que os Kadiwéu que se mudaram para a aldeia São João já tinham problemas em suas aldeias de origem, por mau comportamento, como brigas e até assassinatos.

²⁰ Este levantamento foi realizado em 2005. Há ainda na aldeia alguns Kinikinau com documento de identidade Terena e que se identificam como tal, na expectativa de se mudar um dia para uma terra sua (Terena).

²¹ bebida preparada com mate amargo, semelhante ao do chimarrão, porém com água fria ou gelada, que se toma geralmente em grupo e de forma ritualística. Nesse

ritual, a cuia com a erva mate vai sendo abastecida de água fria por um dos componentes da roda, que vai passando ordenadamente para os participantes. Quando o participante quer parar de tomar o tereré, ao devolver a cuia ao coordenador ele agradece. Assim, ele continua fazendo parte da roda, mas a cuia não lhe é mais oferecida na sua vez.

²² Manta que se põe por baixo do arreio, da cangalha, da sela, da carona, com o forro diretamente em contato com o suor, protegendo o lombo do animal (Michaelis, 1998).

²³ Craig (2002, p. 259 [1997]) e Campbell e Bereznak (1996) usam o termo *semi-speakers*, para se referir a falantes que não evidenciam competência no uso da língua materna, falando-a imperfeitamente (*imperfect speaker*).

²⁴ programa de código aberto, desenvolvido por Boersma e Weenink na Universidade de Amsterdã.

²⁵ Verbz= verbalizador; IMPERF= imperfeito.

²⁶ A lista de palavras da língua terena que foi usada para este trabalho é a do “Pequeno dicionário da língua terena” que é um vocabulário organizado por Célio dos S. Francisco e Marta A. Francisco (professores Terena), de 1997.

²⁷ Segundo informação de pessoas entrevistadas, existem quatro falantes de Kinikinau na cidade de Bonito. Sobre os Kinikinau que vivem em aldeias Terena, não há informação sobre falantes.

Referências

AGUIRRE, D. Juan Francisco. Etnografía Del Chaco. *Boletín del Instituto Histórico Argentino*. Buenos Aires, n. 19, 1898.

AIKHENVALD, Alexandra. The Arawak language family. In: BLAKE, Barry J.; BURRIDGE, Kate (Eds.). *Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

ALKMIM, Tânia Maria. Considerações sobre o Campo da Sociolinguística. In: ALBANO, Eleonora; COUDRY, Maria Irma; POSSENTI, Sírio; ALKMIM, Tânia (Orgs.) *Saudades da língua*. A linguística e os 25 anos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de. Extracto da descrição geográfica da província de Mato Grosso em 1797. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, p.156-96, 1800.

AZARA, Felix. *Descripcion y historia del Paraguay y del Rio de La Plata*. Buenos Aires: Edições Bajel, 1990 [1809].

BAUMAN, James. *A guide to issues in indian language retention*. Washington: Center for Applied Linguistics, 1980.

BENDOR-SAMUEL, John. Some problems of segmentation in the phonological analysis of Terena. *Word*, n. 16, v. 3, p. 348-55, 1960.

BOAS, Franz. *Race, language and culture*. New York: The Free Press, 1966 [1940].

- BRAGGIO, Silvia Lucia. O papel da pesquisa sociolingüística em projetos de educação, vitalização de língua e cultura, p. relatos sociolingüísticos iniciais dos Avá-Canoeiro de Minaçu. *Revista LIAMES*, Campinas, n. 3, p. 113-33, 2003.
- CAMPBELL, Lyle; BEREZNAK, Catherine. Defense strategies for endangered languages. In: Goebel, Hans et al (Eds.). *Contact Linguistics. An International Handbook of Contemporary Research*. v. 1. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 1996.
- CRAIG, C. Grinevald. Language contact and language degeneration. In: COULMAS, Florian (Ed). *The Handbook of Sociolinguistics*. Malden: Blackwell Publishers, 2002 [1997].
- DAY, Richard R. The ultimate inequality: linguistic genocide. In: WOLFSON, Nessa; MANES, Joan (Eds.) *Language of inequality*. New York: Mouton, 1985.
- EKDAHL, B. e BUTLER, N. *Vukápanavo – Vamos para frente – Cartilha Terena* Brasília, DF, p. SIL, [s.d.].
- ELLIOTT, João Henrique. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Vila Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Matto Grosso, p. feitas nos annos de 1844 a 1847. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, I trimestre de 1848.
- FONSECA, João Severiano da. *Voyage autour du Brésil*. Edition pour les Américanistes. Rio de Janeiro, p. Librairie A. Lavignasse Filho & C., 1899.
- GRENOBLE, Lenore; WHALEY, Lindsay (Eds.). *Endangered languages: language loss and community response*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- GRINEVALD, Colette. Language endangerment in South América: a programmatic approach. In: GRENOBLE, Lenore; WHALEY, Lindsay (Eds.). *Endangered languages: language loss and community response*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- HYMES, Dell. *Towards ethnography of communication*. *American Anthropologist*, n. 66, v. 6, 1964.
- JARDIM, Ricardo José Gomes. Creação da directoria dos índios na província de Matto Grosso – officio dirigido ao Governo Imperial. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, I trimestre de 1847.
- KRAUSS, Michael. *The world's languages in crisis*. *Language* n. 68, p. 4-10, 1992.
- LEVERGER, Augusto. Diário do reconhecimento do rio Paraguay – desde a cidade de Assumpção, até o rio Paraná, 1846. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, II trimestre de 1862.
- LOUKOTKA, Cestmir. *Classification of South American Indian Languages*. Los Angeles: Latin American Studies Centre, 1968.
- MASON, J. Alden. The languages of South American indians. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office 1963.
- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

- MATTESON, Esther et al. *Comparative studies in Amerindian languages*. The Hague: Mouton, 1972.
- METRAUX, Alfred. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office, 1946.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1968.
- RODRIGUES, Aryon. *Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*. Delta, n. 9, p. 83-103, 1993.
- RODRIGUES, Aryon. *Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil*. Ciência e Cultura, São Paulo, n. 57, v. 2, 2005.
- SANCHEZ LABRADOR. *El Paraguay católico con sus principales provincias convertidas a la Santa Fé y vasallaje del Rey de Espanha por la precicación de los misioneros celosos de la compañía de Jesús, en gran parte arruinada por los mamelucos del Brasil y restabelecidas por los mismos misioneros*. Buenos Aires: Hermanos, 1910.
- SANDALO, Filomena. A Grammar of Kadiweu – with special reference to the polysynthesis parameter. *MIT Occasional papers in linguistics*, n. 11, 1997.
- SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete (Orgs.). *A temática indígena na escola, novos subsídios para professores de 1º e 2º. Graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- SILVA, Giovani José; SOUZA, José Luís. *O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica kinikinau em MS*. Sociedade e Cultura, v. 6, n. 2, julho/dezembro, 2003.
- SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. São Paulo: Edusp, 1981 [1810].
- STEINEN, Karl von den. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.
- STEWART, Julian (Ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office, 1946 e 1963.
- TABOURET-KELLER, Andrée. Language and Identity. In: COULMAS, Florian (Ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Malden: Blackwell Publishers, 1997.
- TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Entre nossos índios – Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangos* São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *Dias de guerra e de sertão*. São Paulo: Melhoramentos, 1920 [1927].
- TOVAR, Antônio; TOVAR, Consuelo Larrucea de. *Catálogo de las lenguas de América del Sur (nueva edición refundida)*. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

Recebido em 30 de junho de 2007.

Aprovado para publicação em 24 de agosto de 2007.

